

Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná¹

Rozane Maria Triches

Professora Adjunta II - Curso de Graduação em Nutrição - Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
e-mail: rozane.triches@gmail.com

Joseane Carla Schabarum

Graduada em Nutrição e Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
e-mail: joseschabarum@hotmail.com

Giovana Paludo Giombelli

Graduada em Nutrição e Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
e-mail: gp.giombelli@hotmail.com

Resumo

O objetivo do estudo foi verificar a demanda para alimentos da agricultura familiar e os fatores relatados pelos atores que frustram ou condicionam a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar na região sudoeste do Paraná. Realizou-se um estudo a partir da análise de chamadas públicas de uma amostra representativa de municípios e entrevistas semiestruturadas em dois municípios, um que adquiria e outro que não adquiria alimentos orgânicos/ agroecológicos, com gestores, agricultores e consumidores. A maioria dos municípios analisados demandou mais que o mínimo de 30% para compra de produtos de agricultores familiares. Nenhuma chamada pública apresentou demanda por produtos orgânicos e agroecológicos, porém alguns municípios relataram a compra destes produtos. Verificou-se contradições entre os discursos, os quais baseiam-se no reconhecimento do modelo agroecológico pela sua virtuosidade ambiental e de saúde, mas descrédito quanto a sua viabilidade econômica. A compra de produtos da agricultura familiar está se consolidando, mas ainda falta conscientização, conhecimento, diálogos e políticas públicas que incentivem a aquisição de produtos ecológicos para a alimentação escolar.

Palavras-chave: Alimentação escolar; agricultura familiar; Agroecologia; compras públicas de alimentos; desenvolvimento rural.

Abstract

Demand for products from family farms and conditions for the acquisition of organic and agro-ecological products for school feeding in the southwestern state of Paraná

¹ Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, edital nº 218/UFFS/2013 - Bolsas de Iniciação Científica 2013/2014 - PIBIC-CNPq, PIBIC-Af/CNPq e PIICT sob o título Demanda por produtos agroecológicos e orgânicos pelo programa de alimentação escolar na região sudoeste do Paraná.

The aim of the study was to assess the demand for food from family farms and the factors reported by the actors that frustrate or influence the purchase of organic and agro-ecological products by the National School Feeding Programme in the southwest of Paraná. We conducted a study based on public calls for analysis of a representative sample of municipalities and semi-structured interviews in two municipalities, who acquired and acquired other than organic/agro-ecological food, with managers, farmers and consumers. Most analyzed municipalities demanded more than the minimum of 30% for purchases of family farmers. No public call showed demand for organic and agro-ecological products, but some municipalities reported the purchase of these products. There was contradiction between the speeches, which are based on the recognition of the agro-ecological model for its virtuosity and environmental health, but discredited as its economic viability. The purchase of family farming products is consolidating, but still lack awareness, knowledge, public dialogue and policies that encourage the purchase of environmentally friendly products for school feeding.

Keywords: School feeding; family farming; Agroecology; public food procurement; rural development.

Resumen

La demanda de productos de la agricultura familiar y las condiciones para la adquisición de productos orgánicos y agroecológicos para la alimentación escolar en sudoccidental de estado de Paraná

El objetivo del estudio fue evaluar la demanda de alimentos de la agricultura familiar y los factores reportados por los actores que frustran o influyen en la compra de productos orgánicos y agroecológicos para la Alimentación Escolar en el suroeste de Paraná. Hemos llevado a cabo estudio sobre la base de convocatorias públicas para el análisis de una muestra representativa de los municipios y las entrevistas semi-estructuradas en dos municipios, que adquirieron y adquirieron distintos de alimentos orgánicos/agroecológica, con gerentes, agricultores y consumidores. Municipios analizados exigían más que el mínimo del 30% para las compras de los agricultores familiares. Ninguna convocatoria pública mostró demanda de productos orgánicos y agroecológicos, pero algunos municipios reportó la compra de estos productos. Había contradicción entre los discursos, que se basan en el reconocimiento del modelo agro-ecológica por su virtuosismo y la salud ambiental e desacreditados como su viabilidad económica. La compra de productos de la agricultura familiar está consolidando, pero aún carecen de la conciencia, el conocimiento, el diálogo y las políticas que fomenten la compra de productos ecológicos para la alimentación escolar.

Palabras clave: Alimentación escolar; la agricultura familiar; Agroecología; la contratación pública de los alimentos; el desarrollo rural.

Introdução

Embora assuntos como meio ambiente e globalização sejam controversos, existe atualmente uma preocupação com as consequências desses adventos. No centro destas discussões, os alimentos, sua produção, processamento, distribuição e consumo tornam-se

elementos chaves na determinação de modelos de desenvolvimento socioeconômico, regulado tanto pelo Estado, quanto pelo próprio mercado (MORGAN, 2007).

Nesse sentido, a relação entre agricultura e saúde pública sempre foi muito grande, seja na função de supridora de alimentos, seja pelos riscos à saúde humana e ao meio ambiente causados pela utilização de agrotóxicos (VEIGA, 2007). Desde o processo de modernização tecnológica na agricultura iniciada nos anos cinquenta com a chamada “Revolução Verde”, somado ao discurso da “modernização da economia rural” ocorreram modificações profundas nas práticas agrícolas, gerando mudanças tecnológicas nos processos de trabalho e aumento da produtividade (JACOBSON et al, 2009).

Segundo Triches e Schneider (2015), importa evidenciar que há uma hegemonia do sistema agroalimentar global que levou ao distanciamento entre quem produz e quem consome com drásticas consequências para ambos. Os mesmos autores complementam que se torna central a análise de mudanças estruturais, o quanto os atores, principalmente os consumidores, se tornam agentes de mudança e seu papel na reordenação das cadeias de abastecimento, fomentando este contra-movimento. Para que ocorra este contra-movimento, Nicholson (2008) ressalta que é necessário uma revitalização do mundo rural, com a valorização dos agricultores familiares locais para que não sejam meros fornecedores de matérias-primas. Além disso, um ator poderoso neste sentido é o Estado com suas políticas e programas alimentares.

Para tanto, Morgan e Sonnino (2008) chamam a atenção para as aquisições públicas de alimentos, dentre elas, às relacionadas à alimentação escolar, os quais deveriam ser pautadas na melhor qualidade dos gêneros adquiridos no que tange aos benefícios à saúde, ao ambiente e à sociedade, no médio e longo prazo (*best value*), e não apenas no menor preço (*value for money*).

No Brasil, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) em 2009, passaram a usar esta lógica e iniciaram a compra de produtos da agricultura familiar. O primeiro para abastecer públicos em vulnerabilidade social e o segundo para abastecer as escolas públicas e filantrópicas que atendem desde a creche até o ensino médio.

No entanto, várias pesquisas têm verificado dificuldades para o agricultor acessar o mercado da alimentação escolar e permanecer nele. Questões que remetem a questões operacionais, estruturais e políticas como a organização dos agricultores, a dificuldade de logística, os preços pagos pelos produtos, a falta de formação e informação dos atores envolvidos, a falta de documentação dos agricultores, a desconfiança dos mesmos em relação ao poder público, a informalidade das agroindústrias, estruturas inadequadas nas escolas, falta de articulação entre os gestores e os agricultores e celeumas políticas

(TRICHES e SCHNEIDER, 2012, CORA e BELIK, 2012; BACCARIN, et al. 2011; SARAIVA, et al, 2013, TRICHES e GRISA, 2014; BEVILAQUA e TRICHES, 2014; BEZERRA et al, 2013; SOARES et al, 2013).

Outra dificuldade gira em torno da aquisição de produtos orgânicos/agroecológicos. No estudo de Silva e Souza (2013) em Santa Catarina no ano de 2010, as autoras verificaram que a maioria dos agricultores e cooperativas não tinha certificação de seus produtos e enfrentava problemas de produção, sendo que apenas 17,7% dos municípios catarinenses adquiriam alimentos orgânicos. Número semelhante foi encontrado no Paraná no atendimento das escolas estaduais em 2012. Segundo Melão (2012), 68 municípios (17%) foram atendidos com produtos orgânicos, mesmo com o auxílio da Rede Ecovida viabilizando o processo de certificação participativa.

Nesse sentido, é importante estudar como vem ocorrendo a aquisição dos produtos de agricultores familiares, especialmente de orgânicos e agroecológicos e o discurso e comportamento de gestores, consumidores e agricultores na viabilização deste mercado. O local escolhido para este estudo foi a região sudoeste do Paraná.

Dessa forma, este artigo parte desta introdução, explanando os procedimentos metodológicos e relatando e discutindo os resultados encontrados. Para tanto, realiza uma primeira leitura dos dados quantitativos de uma amostra representativa de municípios da região. Posteriormente se debruça sobre as falas dos atores sociais de dois locais, buscando identificar em seus discursos as problemáticas e/ou condicionantes que estão por trás das aquisições ou não de produtos orgânicos e agroecológicos para a alimentação escolar.

Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado um estudo transversal com análise quantitativa e qualitativa. A população pesquisada foi constituída por 9 dos 42 municípios da região sudoeste do Paraná, totalizando 21%. Para a análise quantitativa utilizou-se amostragem aleatória estratificada considerando a proporção do número de municípios de cada uma das quatro microrregiões. Dessa forma, chegou-se a um número de dois municípios da microrregião de Capanema, quatro da microrregião de Francisco Beltrão, três da microrregião de Pato Branco e um da microrregião de Palmas. Uma outra sub-estratificação foi realizada considerando a proporção de número de habitantes, sendo necessária o estudo de um local com mais de 50 mil, um entre 20 e 50 mil e o restante (8) com menos de 20 mil.

Quanto à coleta de dados foram utilizadas as chamadas públicas e prestação de contas do ano de 2013 para aquisição de produtos da agricultura familiar. Para tanto, foi realizada uma pesquisa nos sites das prefeituras ou contato telefônico com a prefeitura dos municípios selecionados para solicitar encaminhamento da documentação. Além disso, utilizou-se as prestações de contas que estão disponíveis no site do FNDE. As análises de dados quantitativos foram descritivas e realizadas por meio do software Excel 2007.

Quanto à análise qualitativa, dos nove municípios foram selecionados dois, sendo que um deles realizava a compra de produtos ecológicos e outro não realizava. Considerando não ter encontrado nenhum município dentre os investigados, que comprassem produtos ecológicos via chamada pública, fez-se uma consulta direta aos mesmos verificando se algum deles adquiria estes alimentos. Obteve-se resposta afirmativa em Ampere, confirmada também em consulta ao site do FNDE. Para fins de semelhança entre os municípios quanto à população e outros quesitos (IDH, população rural) e diversidade em relação à microrregião, escolheu-se o município de Marmeleiro, da microrregião de Francisco Beltrão, como município não comprador de produtos ecológicos.

Nestes municípios, os participantes escolhidos para a pesquisa foram os atores envolvidos com o PNAE, como: **gestores** que foram representados, neste caso, por prefeitos, Secretários municipais de Educação e Agricultura, vigilância sanitária e outros departamentos da secretaria de saúde que exercessem algum poder de decisão sobre as atividades de planejamento, organização, liderança e controle da organização pública da alimentação escolar; **consumidores**, constituído por pais de alunos que atuam no Conselho de Alimentação Escolar (CAE), nutricionistas, diretores e o corpo de funcionários da escola (serventes/merendeiras), que eram responsáveis pela escolha e compra dos gêneros alimentícios que seriam adquiridos; e os **produtores** que foram caracterizados por agricultores familiares, de pequenas unidades de produção de caráter familiar que fornecessem ou que já forneceram gêneros alimentícios para a alimentação escolar, e suas entidades representativas como Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Extensão Rural (Emater), Associações e Cooperativas de Agricultores.

Foram realizadas 15 entrevistas em cada município que foram gravadas com autorização dos depoentes. Quanto à análise das entrevistas foi utilizado o método de análise de conteúdo. As categorias analisadas foram: atores, motivações da produção ou da compra, dificuldades de produção, venda/aquisição, vantagens, definição de orgânicos e agroecológicos, incentivos, comercialização, preços pagos e certificação.

Demanda e aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar na região sudoeste do Paraná

A região Sudoeste do Paraná ocupa uma área de 11.645,792 km² e apresenta densidade média demográfica 44,57 habitantes por km² (IPARDES, 2011), com uma população total de 497.127 habitantes distribuídos por 42 municípios (IBGE, 2010) e grau de urbanização na ordem de 65,58% (IPARDES, 2011). A localização da região Sudoeste pode ser observada na Figura 1.

Figura 1. Localização da Região Sudoeste Paranaense.



Fonte: Lei Estadual nº 15.825/08. Base Cartográfica: SEMA, 2010.

O sudoeste paranaense é uma das áreas de ocupação mais antigas do Paraná e, no período de forte imigração estrangeira para o Brasil, recebeu importantes fluxos de colonos, principalmente de origem eslava, que, assentados em pequenas propriedades, dedicaram-se a atividades extrativas e à pequena agricultura alimentar (AGORAPARANÁ, 2010).

No quadro abaixo (Quadro 1) é possível observar algumas características dos municípios participantes da pesquisa quanto à população rural e urbana, PIB, IDH e número de alunos no ano de 2013.

Quadro 1: Características socioeconômicas, demográficas e de alunado dos Municípios Pesquisados.

Município	Nº de habitantes total	Nº de habitantes rural (%)	Nº de habitantes urbanos (%)	PIB per capita R\$	IDH	Número de alunos da rede pública
Ampére ¹	17.308	4.051 (23,4)	13.257 (76,6)	14.362,00	0,709	4.152
Capanema ¹	18.512	7.376 (39,8)	11.136 (60,2)	16.855,00	0,706	4.020
Dois vizinhos ²	36.198	8.083 (22,3)	28.115 (77,7)	20.274,00	0,767	9.297
Francisco Beltrão ²	78.957	11.501 (14,6)	97.456 (85,4)	16.657,00	0,774	20.219
Marmeleiro ²	13.909	5.074 (36,5)	8.835 (63,5)	12.269,00	0,722	2.862
Renascença ²	6.810	3.327 (48,9)	3.483 (51,1)	26.587,00	0,733	1.450
Sulina ³	6.269	1.800 (28,7)	4.469 (71,3)	18.872,00	0,698	1.270
Mariópolis ³	3.394	2.004 (59,0)	1.390 (41,0)	16.567,00	0,693	645
Clevelândia ⁴	17.232	2.476 (14,4)	14.756 (85,6)	14.890,00	0,694	4.538

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do IBGE, IPARDES e INEP, 2014.

¹Microrregião de Capanema; ²Microrregião de Francisco Beltrão; ³ Microrregião de Pato Branco; ⁴ Microrregião de Palmas.

Verifica-se nesta região um IDH de médio a alto, mas a maioria dos municípios fica abaixo do IDH brasileiro (0,74) e paranaense (0,75). Os dois únicos municípios com IDH maior que 0,74 demonstram uma combinação entre melhores índices de PIB e maior percentual de urbanização. Segundo dados do IPARDES (2011) e IBGE (2010) a economia da região é bastante dependente da agricultura e suas indústrias derivadas, sendo movimentada principalmente pela produção de galináceos, bovinos, suínos, ovinos, eqüinos, soja, milho e feijão.

No que tange à alimentação escolar, na Tabela 1 pode-se verificar que a soma do recurso repassado pelo FNDE para estes municípios no ano de 2013 equivaleu ao montante de R\$ 1.933.574,11. Deste total, R\$ 1.471.970,42 (76%) estava sendo demandado via chamada pública à compra de alimentos da agricultura familiar, sendo que R\$ 1.032.390,68 (53%) foram efetivamente gastos com estes produtos. Os dados demonstram que a maioria dos municípios pesquisados vem atendendo a legislação no que tange ao montante de recurso destinado à agricultura familiar e que em alguns casos, ultrapassam o mínimo de 30% exigido. Destaca-se aqui Francisco Beltrão, que é o município que mais investe na compra de alimentos advindos da agricultura familiar (76,24%). Por outro lado, Ampere não utilizou o recurso federal para esta aquisição, embora tenha realizado Chamadas Públicas que totalizaram mais de 45% do recurso enviado pelo FNDE naquele ano. Em conversa com

os gestores do município e com base nas Informações da Execução Física disponível no site do FNDE, relatou-se a aquisição de alimentos de AFs, bem como, foi o único município entre os pesquisados, que afirmaram adquirir produtos orgânicos/agroecológicos. Desta forma, supõem-se que o recurso utilizado nesta aquisição foi o da própria entidade executora e não o federal.

Tabela 1. Quantidade do Recurso do FNDE Destinado à Compra da Agricultura Familiar por Município com Base nas Chamadas Públicas e Prestações de Contas de 2013 (site do FNDE).

Município	Repasso do FNDE*	Valor Demandado via Chamada Pública da Agricultura familiar	% da demanda via Chamada Pública	Valor efetivado considerando a Prestação de Contas	% efetivado constante na Prestação de Contas
Ampére	184.980,00	85.015,50	45,96	0,00	0,00
Capanema	183.920,00	135.606,79	73,73	104.501,95	56,82
Dois vizinhos	320.660,00	67.007,70	20,90	97.210,64	30,32
Francisco Beltrão	808.594,11	933.710,00	115,47	614.466,59	76,24
Marmeleiro	103.340,00	81.595,75	78,96	68.585,49	66,37
Renascença	64.760,00	19.862,20	30,67	19.066,65	29,44
Sulina	23.120,00	17.296,00	74,80	9.747,50	42,16
Mariópolis	62.600,00	43.295,62	69,16	30.231,00	48,29
Clevelândia	181.600,00	88.580,86	48,78	88.580,86	48,78
Total	1.933.574,11	1.471.970,42		1.032390,68	

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e das chamadas públicas dos municípios, 2015.

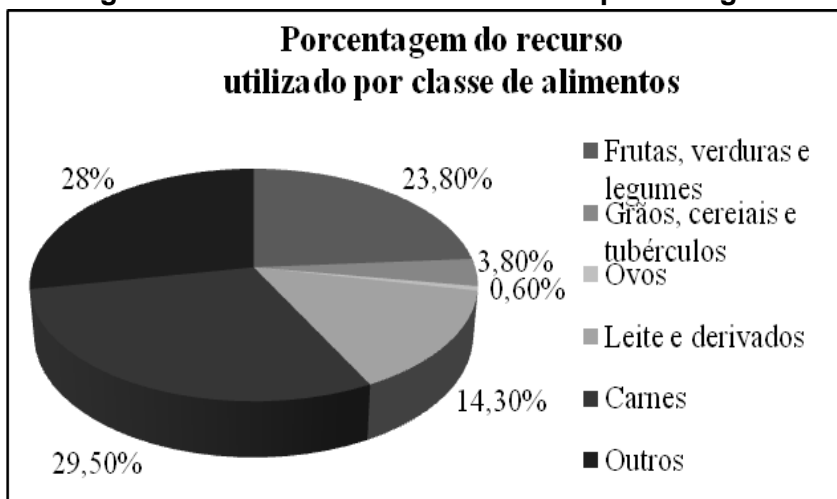
Pode-se constatar a partir da análise da tabela acima que os percentuais de solicitação de alimentos da agricultura familiar e o que realmente se efetivou via pagamento do recurso do FNDE foi diferenciado em todos os municípios. Isso por que a demanda de produtos pela chamada pública não implica necessariamente em sua aquisição. Há que se considerar que de acordo com as prestações de conta a maioria dos municípios vem adquirindo produtos da agricultura familiar.

Corroborando com estes resultados, cita-se o trabalho de Gregolin, Gregolin e Zonin (2013) também desenvolvido na mesorregião Sudoeste do Paraná, que apontou que

28 dos 42 municípios da região atingiram ou ultrapassaram a porcentagem mínima de 30% estipulada na Lei, sete não atingiram a porcentagem mínima e um município não adquiriu, sendo que seis municípios não informaram o valor. Segundo Melão (2012), 83,5% das escolas estaduais do Paraná já recebiam produtos da agricultura familiar em 2012, e destas, 23%, também recebiam produtos orgânicos.

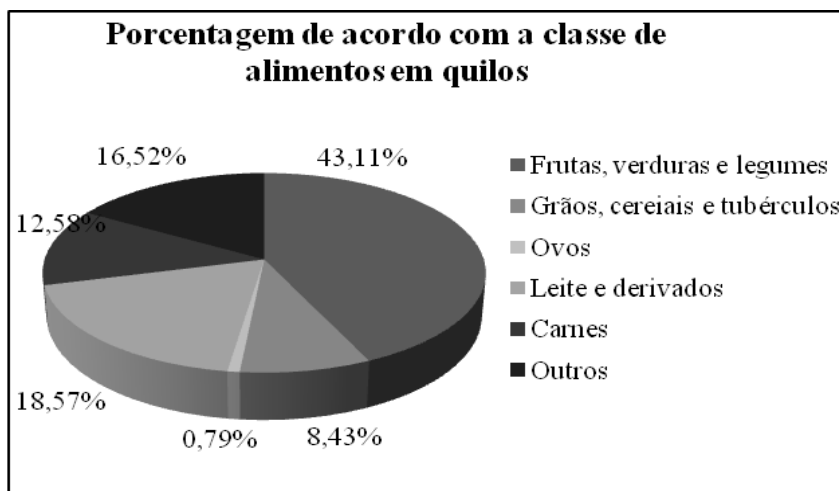
Analisando os tipos de alimentos solicitados pelas chamadas públicas, verificou-se uma grande diversidade de produtos. Quanto ao tipo de alimento, no total dos municípios, 23,8% (R\$ 289.602,50) do recurso seria destinado na aquisição de frutas, verduras e legumes, 3,8% (R\$ 47.246,67) na compra de grão, cereais e tubérculos, 0,60% (R\$ 6.494) destinariam-se a aquisição de ovos, 14,3% (R\$ 174.989,70) a leite e derivados, 29% (R\$ 361.077,70) a compra de carnes, e 28% (R\$ 342.050,60) em outros (panificados, melado, açúcar mascavo e mel) como se pode visualizar no Gráfico 1.

Gráfico 1: Porcentagem do Recurso do FNDE Utilizado por Categoria de Alimentos.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2015.

É interessante observar que a maior parte do recurso destinou-se a compra de carnes, e itens como panificados, melado, açúcar mascavo, que se encontram no grupo de outros, seguido de frutas, verduras e legumes, e por fim leite e ovos. No entanto no Gráfico 2 se demonstra que, relacionado à quantidade de produção em quilos fornecida ao PNAE, as frutas, verduras e legumes são mais presentes, sendo que 43% (125.135 kg) da produção correspondem a esse grupo. Em seguida vêm o grupo do leite com 18,57% (53.908 litros) seguido de outros 16,52% (47.943 kg) onde os panificados é que tem um maior destaque, depois vem o grupo das carnes com 12,58% (36.517 kg), grãos cereais e tubérculos com 8,43% (24.485 kg) e ovos com 0,79% (2.218 kg).

Gráfico 2: Porcentagem em Quilos por Classe de Alimentos.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2015.

Acredita-se que o grupo das hortaliças possui maior expressão por ser uma atividade já consolidada pelos agricultores familiares e pelo fato de não ter necessidade de maiores adequações aos padrões exigidos de certificação e inspeção como acontece com produtos processados ou de origem animal. Produtos embutidos e panificados tendem a sofrer maior fiscalização e necessitam de grandes investimentos reduzindo a oferta destes produtos ao programa (RIBEIRO, CERATTI, BROCH, 2013).

Essa constatação também é apontada por Plein e Fillipi (2012) que afirmam que os alimentos de origem vegetal são mais amplamente fornecidos aos programas institucionais, pois há uma grande dificuldade, por parte dos agricultores familiares, de se adequarem às normas higiênico-sanitárias para fornecer produtos de origem animal.

Por outro lado, estes dados fazem crer que os agricultores estão optando por fornecer também alimentos que agregam maior valor ao produto, como as carnes, o leite, os panificados, polpas e doces de frutas. Esses alimentos também não dependem de condições climáticas para serem produzidos, tendo por isso uma maior “facilidade” de produção. Assim, processando os alimentos o agricultor deixa de ser o fornecedor de matéria prima e passa a comercializar insumos industriais ou seus produtos especializados, reinserindo-se econômica e socialmente (AMORIN e STADUTO, 2008).

Porém, quanto à aquisição de gêneros alimentícios ecológicos, não se obteve evidência dos mesmos nas chamadas públicas dos nove municípios analisados. No entanto, o material desenvolvido por Candiotta et al. (2013) na mesma região pesquisada, apontava para a produção e o fornecimento de gêneros alimentícios agroecológicos para o PNAE e PAA, entre outros municípios, nos municípios de Ampére, Francisco Beltrão, e Marmeleiro, com certificação (para os que a possuem) pela Ecocert e Rede Ecovida. Não obstante,

estudo realizado por Gregolin, Gregolin e Zonin (2013) verificou que dos 42 municípios do Sudoeste do Paraná, 13 confirmaram a compra de produtos orgânicos para a Alimentação Escolar. Todavia, salienta-se que os dados da pesquisa destes autores foram obtidos a partir do envio de questionários auto-aplicados aos gestores responsáveis pela alimentação escolar nos municípios do Sudoeste do Paraná e, portanto, não foi efetivamente verificado se a informação oferecida era compatível com a realidade.

Estes trabalhos sugerem que a compra de produtos ecológicos existe em alguns municípios desta região, porém este estudo não evidenciou esta demanda via chamada pública para a alimentação escolar. Ou seja, os alimentos ecológicos podem estar sendo adquiridos pelo Programa, porém sem serem identificados como tal. Em consulta ao site do FNDE, verificou-se que nas “Informações da Execução Física”, enviada ao governo federal pelos municípios, apenas Ampere confirmava a compra de produtos orgânicos/agroecológicos. Em contato telefônico, o município ratificou a compra de mandioca e batata doce de produção orgânica.

Nesse sentido, procurou-se entender os motivos que frustram ou que condicionam esta aquisição em dois municípios, um que comprou (Ampere) e outro que não comprou produtos ecológicos (Marmeleiro) em 2013, para tentar identificar informações nos discursos dos entrevistados que indicassem diferenças, semelhanças ou contradições que pudessem explicar porque ainda é irrisória a contribuição do mercado da alimentação escolar para estes produtos.

Potenciais fatores que frustram ou condicionam a aquisição de produtos ecológicos pela alimentação escolar

Nesta seção pretende-se aprofundar o entendimento sobre os meandros existentes na compra de produtos ecológicos para a alimentação escolar. Para tanto, a pesquisa deu voz aos gestores, consumidores e agricultores, considerando a importância destes atores na implantação e implementação deste programa.

Buscou-se identificar se no município que comprava alimentos ecológicos, os discursos dos gestores eram diferentes dos gestores do município que não tinham esta prática. Em primeiro lugar, observou-se que estes atores sociais possuem, na maioria dos casos, um entendimento superficial sobre conceitos básicos do que é produção orgânica e agroecologia, concordando com Candiotta et al (2013), que chegaram a essa mesma conclusão no município de Ampère. Os autores consideraram que não havia um conhecimento específico do setor público sobre estas questões.

Outro fato interessante de ser analisado é a percepção que estes atores têm sobre a produção ecológica. Afirmam que, para os agricultores familiares, o modelo agrícola convencional é mais adequado, mas em contrapartida, para o consumidor, consideram que a produção orgânica/agroecológica seria bem mais vantajosa do ponto de vista da saúde, como pode ser observado nas seguintes falas:

Para o produtor é mais vantajosa a produção convencional pela questão de trabalho e tempo (Secretário de Educação Ampere).

Para o consumidor sem dúvida nenhuma hoje o orgânico seria melhor né, [...] o consumidor que consumir orgânico com certeza ele vai ganhar na qualidade de vida (Secretário de Agricultura Ampere).

Cabe ressaltar que ambos os municípios relataram as mesmas dificuldades em impulsionar a produção orgânica/agroecológica e adquirir estes produtos: a falta de incentivos e políticas públicas, o desconhecimento dos diversos atores (agricultores, técnicos, gestores) sobre este tipo de produção de alimentos, a insuficiência de produção e a falta de certificação.

Acredito que por ser pouco produzido e não tem como nos separarmos dos orgânicos e não orgânicos, não é uma exigência que tem que ter na merenda escolar. (Secretario de Educação Marmeleiro).

Porque não tem certificado, aí se você não tem comprovação de uma propriedade 100% ecológica você não consegue fazer a compra. (Secretário de Agricultura Marmeleiro).

Assim, a realidade retratada nos relatos ou mesmo da literatura, demonstra uma carência de apoio para a produção orgânica/agroecológica. Não há como deixar de considerar que o poder público como agente fomentador pode incentivar determinados sistemas agroalimentares em relação a outros. Outrossim, o que tem ocorrido no Brasil, é que há muito tempo os governos têm mobilizado recursos de maneira desproporcional à agricultura convencional em detrimento da agricultura familiar e da produção ecológica.

Este é um aspecto a ser destacado, pois não só as políticas e incentivos federais não atendem ao desenvolvimento da agroecologia, mas o poder público local como as prefeituras, e as organizações dos agricultores, como os sindicatos e cooperativas deixam a desejar em relação a iniciativas para instigar o pequeno agricultor a produzir ecológicos.

Verifica-se que não existem diferenças entre os dois municípios analisados no que tange ao discurso dos gestores. Ambos utilizam retóricas que, ao mesmo tempo dignificam o modelo agroecológico pela sua virtuosidade ambiental e de saúde, porém demonstram descrédito na sua viabilidade econômica. Evidenciam que existem políticas públicas para consolidar este modelo agrícola, mas em esfera federal elas ainda são espúrias. Quanto aos

governos estaduais e municipais, eles apenas seguem os programas federais, e não investem em novos programas e políticas que incentivem a agroecologia.

Constata-se a falta de um comprometimento maior dos gestores públicos, bem como a descrença dos mesmos, em ambos os municípios pesquisados neste modelo de produção, seja no fortalecimento da oferta, seja no incentivo à demanda.

No que tange, à demanda, um segundo grupo de atores investigados foram os consumidores. Da mesma forma que os gestores, estes foram questionados sobre a diferença entre a produção orgânica/agroecológica e verificou-se que o conhecimento sobre o assunto não difere dos gestores, como visto anteriormente. Observa-se que todos que estão envolvidos com o PNAE de forma direta ou indireta, não sabem ao certo qual é o produto que estão trabalhando. Pode-se perceber que essa falta de informação é comum entre gestores e consumidores, sendo necessária a conscientização da sociedade como um todo e, principalmente, dos atores que estão envolvidos diretamente com o PNAE.

Em relação às motivações das nutricionistas de ambas as cidades referentes à aquisição de produtos ecológicos, verificaram-se discursos contraditórios. No município que ocorria a compra, a profissional coloca que esta aquisição de ecológicos só ocorreu por falta de produtos convencionais.

Os produtos orgânicos, o que levou a gente comprar foi a necessidade mesmo, por falta dos produtos convencionais, aí acabamos comprando produtos orgânicos. Foi a necessidade mesmo. Na falta do convencional foi posto o orgânico mesmo. Quanto ao acréscimo de 30% não é necessário, porque quem vende orgânico já eleva o preço do produto, aí mais 30%, pra gente que é prefeitura que prega pagar menos valor, acaba saindo mais caro que o convencional (Nutricionista Ampere).

Contraditoriamente, no município que não ocorre a compra destes produtos, a nutricionista revela o desejo de adquiri-los, considerando os benefícios destes alimentos.

Então, nós ainda não conseguimos incluir na merenda escolar esses produtos agroecológicos, porque no município não temos produtores para fornecer. E também porque quando nós começamos a fazer o chamamento público do início do ano, foi comentado sobre essa questão com as cooperativas. Nos informaram dos produtos, até teriam pessoas interessadas nesta produção mas ainda não tinha conseguido implantar esse sistema nas suas propriedades. [...] com certeza, nós gostaríamos de estar colocando o possível na merenda escolar, espero que seja logo (produtos orgânicos/agroecológicos) (Nutricionista Marmeleiro).

Observa-se aqui uma total incongruência entre os discursos e as ações. Por um lado, a nutricionista que compra alimentos ecológicos, desconsidera totalmente os seus benefícios, em contrapartida, a que não os adquire, relata interesse em função de suas

qualidades. Esta verificação leva a considerar em primeiro lugar, a falta de formação do profissional nutricionista no que se refere aos aspectos relacionados aos modelos de produção de alimentos, considerando-os relevantes na definição da qualidade nutricional, organoléptica, ambiental, social e cultural. Ainda, a falta de conscientização de seu papel enquanto agente promotor de desenvolvimento de modelos agroalimentares que proponham a promoção da segurança alimentar e nutricional. Questão esta que leva à problematização da formação deste profissional, que tem sido majoritariamente de caráter tecnicista e voltado principalmente para a área clínica.

Um segundo aspecto a ser considerado é o quanto o discurso pode ser incoerente com a prática, dependendo não só das concepções de quem faz o discurso, mas também da configuração dada pelo local. Assim, mesmo que o nutricionista não deseje e nem perceba a importância da compra destes produtos, se existir a oferta, o interesse do agricultor e/ou o empenho do gestor ou de outros atores relacionados (Extensão rural, Sindicato, Cooperativa), a aquisição tem mais chances de se efetivar. Por outra parte, não adianta o interesse do nutricionista nesta aquisição se os outros fatores condicionantes não existirem.

Ressalta-se que o estudo também procurou verificar a atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) nestes municípios. Corroborando a contradição anterior, o discurso dos membros do município que não comprava estes produtos, demonstrava-se mais interesse e preocupação com esta questão se comparado ao outro. Importante considerar nesta análise que Marmeleiro adquiriu mais produtos da AF no ano de 2013 do que Ampere. Este fato dá pistas de que muito embora não tenham comprado produtos orgânicos/agroecológicos, este município tem se esforçado mais que Ampere neste intento.

Neste ponto pode-se supor que estas contradições podem ocorrer por falta de diálogo entre consumidores, produtores e mediadores, ocasionando um descompasso entre discurso e prática. Se nutricionistas e conselheiros da alimentação escolar não se demonstram tão interessados na aquisição de produtos orgânicos/agroecológicos, o exemplo de Ampere demonstra que havendo oferta de produtos, a ação se efetiva. No entanto, o interesse e o discurso consciente de nutricionistas e conselheiros de Marmeleiro, pouco significaram, já que não conseguiram se efetivar a partir de ações e oferta de produtos.

Mas é importante destacar que há por parte dos consumidores falta de consciência do papel fundamental que têm para o incentivo ao desenvolvimento de modelos agroalimentares mais adequados. Além disso, mesmo que saibam dessa importância, a falta de ações, como por exemplo, a simples inclusão de produtos ecológicos na pauta de

compras da alimentação escolar, é observada. É fato que, se não há interesse da demanda, também será mais difícil haver produção.

Neste sentido, além dos discursos dos gestores e consumidores, também interessou entender como os produtores e suas entidades representativas como cooperativas, sindicatos e a extensão rural (EMATER) vêem a produção e comercialização de produtos ecológicos para o PNAE. Buscou-se compreender quais as principais dificuldades encontradas para se produzir alimentos ecológicos e vendê-los à alimentação escolar.

Observou-se que os atores que estão à frente das entidades representativas dos agricultores, têm um melhor esclarecimento quanto à distinção de produção orgânica e agroecológica. Tendo em vista que todos tiveram ao menos um curso técnico ou de aperfeiçoamento sobre este modelo de produção. Observa-se ainda que, dentro desses entendimentos, os técnicos da Emater entendem a agroecologia como uma filosofia.

Verificou-se que técnicos e extensionistas também têm discursos de que este tipo de produção não é viável:

Falta buscar muita informação técnica pra ter orientação aos produtores e a questão da agricultura orgânica esbarra na mão de obra das famílias, na atividade. É um seguimento que exige muita mão de obra, serviço braçal, manual e que hoje não tem disponível na propriedade, então acaba limitando também. É uma questão econômica, é uma barreira hoje que não se paga, não é valorizado em remuneração e questão de mão de obra (EMATER Ampere).

A facilidade com que a agricultura convencional/tradicional oferece para o produtor, eles acabam entrando. Porque o orgânico/agroecológico exige um pouco mais de trabalho intensivo manual, elaboração de produtos, caldas, adubos e o produtor acaba caindo na comodidade de adquirir essas coisas prontas e cair na agricultura convencional que é o modelo que está aí, que está mais acessível (EMATER Marmeleiro).

No entanto, encontra-se nas falas destes atores, referência aos sindicatos e à Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), dizendo que nestes ainda há uma pequena semente que instiga esse modelo alimentar. Sendo que a ASSESOAR tem uma formação para técnicos em agroecologia: “fui convidado pelas entidades daqui do município a fazer um curso em agroecologia, puxado na região pela ASSESOAR de Francisco Beltrão e pelas entidades ligadas ai pela agricultura familiar. Então eu fiz o curso, e fui me apaixonando pela ideia cada etapa foi se aprofundando e gostando mais” (Agricultor Ampere).

Assim, é recorrente a relação entre autonomia *versus* dependência do agricultor. Quando a produção é convencional, os agricultores perderiam autonomia em sua produção, pois quem ditaria as regras seriam as indústrias a montante e à jusante. Por sua vez,

quando alguns almejam fazer esta mudança para a produção ecológica não conseguem realizá-la por completo, porque segundo os mesmos, durante esta transição ficam descapitalizados e não têm assistência.

No entanto, ultrapassada esta dificuldade, o agricultor encontra outras. Para comercializar estes produtos, há necessidade de certificá-los via certificadoras, Sistemas Participativos de Garantia (SPG), ou Organização de Controle Social (OCS). Embora estes dois últimos mecanismos tenham vindo para facilitar o processo, muitos agricultores destacam a dificuldade de se adequarem a eles.

Além desta barreira de mercado, os agricultores frisam a pouca demanda destes produtos e até a desvalorização dos mesmos. O que se percebe nestes municípios, segundo eles, é que ainda não ocorre uma exigência de qualidade do consumidor em relação aos alimentos que consomem e nem incentivos ou interesse do poder público. Outro fator é o preço pago pelo produto orgânico/agroecológico em comparação ao convencional, o que acaba desmotivando o consumo. A forma produtiva em questão acaba sendo mais onerosa e em menor escala, e mesmo sendo com uma qualidade muito superior, precisa concorrer com o preço dos alimentos convencionais e suas praticidades (CAETANO, 2013, p.8).

Observam-se na leitura destes depoimentos dos agricultores algumas contradições se comparados com o depoimento dos consumidores e dos próprios gestores. Estes dois últimos relatam que não há oferta e que os agricultores não estão interessados em produzir alimentos ecológicos. Já os produtores e seus representantes trazem um discurso contrário, que o problema é que não há demanda para estes produtos. Isso demonstra um descompasso entre demanda e oferta, o que acaba por prejudicar a construção deste mercado. Os gestores não valorizam e consideram a produção ecológica viável, realizando uma análise puramente economicista. Os consumidores demonstram desconhecimento ou são pouco proativos em relação ao interesse de compra. Finalmente, os agricultores e seus representantes culpabilizam o governo por falta de incentivos e desmerecimento da demanda, além de considerarem a produção orgânica/agroecológica difícil de ser implementada.

Considerações finais

Verificou-se a partir deste estudo que a aquisição dos 30% do recurso federal destinado à compra da agricultura familiar se concretiza na maioria dos municípios analisados, com alguns exemplos indo muito além da simples exigência legal. No entanto,

produtos orgânicos/agroecológicos não estão presentes nas chamadas públicas de nenhum destes locais.

Quanto à percepção dos gestores a respeito do PNAE, eles trazem em suas entrelinhas o que infelizmente ocorre na maioria das prefeituras, a falta de diálogo entre os setores, ou seja, discutir o que está ocorrendo no município e como as secretarias e atores externos podem interrelacionar-se para promover o desenvolvimento do município.

Para os consumidores, encontra-se a incoerência nos discursos e nas práticas dos profissionais atuantes. Isso em parte se deve pela carência de formação nas instituições de ensino que verticalizam a educação, e não abrem espaço para uma nova visão. Desta forma, prepara profissionais incompletos para o mercado de trabalho, que acaba perdendo espaço em suas áreas de atuação.

Nestes termos, encontram-se também discursos contraditórios quanto à produção de ecológicos. No que tange aos consumidores e gestores não há produção e quanto aos produtores, o discurso é que não há demanda de produção. O cenário resume-se em uma acomodação em partes, aonde ninguém se responsabiliza em mudar o estabelecido.

Ressalta-se que todos os atores sociais constroem seus discursos sobre produção ecológica a partir de pedaços de informações de senso comum, científico, midiático e que, portanto, contradições, incoerências e falhas na comunicação são esperadas.

Mesmo que estudos (TRICHES E SCHNEIDER, 2010) afirmem que o PNAE, após a Lei nº11.947/2009, passou a apresentar um grande potencial para tornar-se uma política de caráter estruturante, ao abrir a possibilidade de adquirir os gêneros alimentícios de produtores locais, gerando renda e beneficiando pequenos agricultores e comerciantes, há agora muitos desafios.

O primeiro deles é viabilizar o aperfeiçoamento desta política no sentido de aumentar o montante de recursos disponíveis para a alimentação escolar destinados à aquisição de produtos de agricultura familiar. Com isso quer se dizer que, as Entidades Executoras poderiam extrapolar os 30% do recursos federais e utilizar também os recursos municipais/estaduais da contrapartida para esta finalidade. Em segundo lugar, é necessário criar condições para que os agricultores possam comercializar mais produtos processados (e de maior valor agregado), facilitando a formalização de suas agroindústrias e de seus produtos. Em terceiro lugar, é urgente criar consciência da importância da produção e consumo de produtos ecológicos pelos atores envolvidos no sentido de oportunizar a compra destes alimentos pelo PNAE.

Este trabalho aponta para a necessidade de mais estudos que verifiquem os fatores intervenientes que emperram a demanda e a oferta de produtos ecológicos pelo. Como ocorre a orientação e organização dos agricultores para produzirem e fornecerem tais

alimentos aos mercados institucionais? Como está a organização dos agricultores para a legalização dos seus produtos? Qual a percepção dos atores sociais envolvidos com o PNAE? Por fim, questionar a própria academia e a própria ciência, no que tange à formação dos profissionais que lidam com estas questões, como os nutricionistas, agrônomos, biólogos, entre outros, e investir em novas tecnologias de produção de alimentos, que não apenas visem o econômico, mas principalmente a saúde, o bem estar social e a preservação ambiental.

Referências

AGORAPARANÁ. **Mesorregião Sudoeste. 2010.** Disponível em: <<https://agoraparana.wordpress.com/2010/09/19/mesorregiao-sudeste/>> Acesso em 18 de novembro de 2014.

AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. **As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina.** In: Parry Scott. Rosineide Cordeiro; Marilda Menezes.. (Org.). *Gênero e Geração em Contextos Rurais.* 1 ed. Florianópolis: Mulheres, 2010, v. 1, p. 159-183.

AMORIN, L. S. B.; STADUTO, J. A.R. Desenvolvimento territorial rural: a agroindústria familiar no oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 15-29, jan./jun. 2008. Disponível em <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicar/REA1-0708a2.pdf>> Acesso em 06 nov. 2014.

CAETANO, M.E. **A relação da agroecologia com a agricultura familiar e agricultura orgânica.** Universidade Federal de Viçosa. Endereço da publicação: <http://www.webartigos.com/artigos/a-relacao-da-agroecologia-com-a-agricultura-familiar-e-agricultura-organica/116300/>. Publicado em 05 de dezembro de 2013, às 12h33min em Sustentabilidade.

CANDIOTTO, L. Z. P. ; SCHIMITZ, L. A. ; CICHOSKI, P. ; MEIRA, R. A. ; MEIRA, S. G. de; DAMBROS, T. **Agricultura orgânica em oito municípios do Sudoeste do Paraná.** 1. ed. Francisco Beltrão: UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão, 2013. v. 1250. 121p.

GAIOVICZ, E.F; SAQUET, M.A. **Modernização Agrícola e Agroecologia.** In: IV SINGA-Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V SiNGA - Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009, Niterói - RJ. A questão da reforma agrária na América Latina: balanços e perspectivas, 2009.

GREGOLIN, G. C. ; GREGOLIN, M. R. P. ; ZONIN, W. J. . **O encontro da produção orgânica familiar com a alimentação escolar no território sudoeste do Paraná: desempenho e dificuldades sob a ótica dos gestores municipais.** In: 2ª Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento: Projetos Sociais e Políticas Públicas em Disputa, 2013, Curitiba. Anais da 2ª Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento: Projetos Sociais e Políticas Públicas em Disputa, 2013.

IBGE b. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto interno bruto dos municípios – 2010.** Disponível em 108

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=41&idtema=125&codv=v05&search=paranal|marmeleiro|sintese-das-informacoes-2011>> Acesso em 29 de out. de 2014.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil dos municípios** – 2011. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29> Acesso em: 02 mar. 2014.

JACOBSON, L.S.V.; HACON, S.S.; ALVARENGA, L.; GOLDSTEIN, R.A.; GUMS, C.; BUSS, D.F.; LEDA, L.R. Comunidade pomerana e uso de agrotóxicos: uma realidade pouco conhecida. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(6):2239-2249, 2009.

LANG, T.; HEASMAN, M. **Food Wars: The Battle for Minds, Mouths and Markets**. London: Earthscan, 2004.

MELÃO, I. B. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná. **Caderno IPARDES – Estudo e Pesquisas**. Curitiba, PR, eISSN 2236-8248, v.2, n.2, p. 87-105, jul./dez. 2012. Disponível em <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/view/533>> Acesso em: 05. Mai. 2014.

MORGAN, K. Greening the realm: sustainable food chains and the public plate. **Regional Studies**, 2007.

NICHOLSON, P. **Soberania alimentar**. Por uma Agricultura com Agricultores Anauá: a outra margem do Comércio Justo. [2008?] Disponível em: <www.modevida.com/downloads/dossierSoberaniaAlimentar.pdf> Acesso em 25 de maio de 2013.

PLEIN, C.; FILLIPI, E. E. O programa aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): geração de renda e segurança alimentar. **Revista Unioeste**. Volume 15 – Número 20– Jan/Jun 2012. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8027>> Acesso em: 06 nov. 2014.

RENGEL, S.K.; GRABASKI, C.N.; FOLLADOR, F.A.C. **Perfil do consumidor das feiras livres de Francisco Beltrão, PR**. V Encontro Paranaense de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais Aplicadas e VIII Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicada de Cascavel. Cascavel, PR – 22 a 24 de junho de 2009.

RIBEIRO, A. L. de P.; CERATTI, S. BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto- Gedecon**. vol.1, nº. 01, 2013. Disponível em <<http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/view/282>> Acesso em: 06 nov. 2014.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Revista Saúde e Sociedade**, 2010. vol.19, n.4, pp. 933-945.

TRICHES, R.M. SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuadernos de Desarrollo Rural**. vol.12, n.75, pp. 55-75, 2015.

VEIGA, M.M. **Agrotóxicos:** eficiência econômica e injustiça socioambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(1):145-152, 2007.

Recebido em 01 de fevereiro de 2016

Aceito para publicação em 18 de maio de 2016